

A HISTÓRIA COMPARADA E O DESAFIO DA TRANSNACIONALIDADE

Sean Purdy*

Recebido em: 09/03/2011 Aprovado em: 12/04/2011
--

Resumo: *Na última década, vários historiadores têm criticado duramente o conceito de história comparado. Influenciado por novas tendências teóricas nas ciências sociais, historiografia e estudos literários como pós-colonialismo e estudos da diáspora, eles argumentam que o próprio método de comparar duas ou mais unidades destacando semelhanças e diferenças obscurece as interações entre os objetos de estudo e desconsidera desenvolvimentos históricos muito mais complexos, produtivos e interessantes que histórias confinadas dentro de fronteiras nacionais. Esse trabalho explorará esses argumentos no contexto da história urbana das Américas no período pós-Segunda Guerra Mundial, enfatizando as possibilidades e problemas das ambas as abordagens teóricas.*

Palavras-chave: *história comparada; história transnacional*

Às vezes se diz que o excesso de preocupação metodológica impede a inovação na pesquisa social. Os mais originais e influentes estudos não necessariamente seguem uma metodologia articulada e frequentemente usam de forma eclética várias ferramentas metodológicas (e tradições teóricas) (BURAWOY, 1989, p.761). Isso é talvez especialmente o caso em estudos históricos nos quais teoria e método permanecem implícitos, tornando difícil a identificação explícita de aproximações metodológicas. Na história comparativa, entretanto, atenção à metodologia e teoria é uma necessidade sempre presente: a complexidade principal de escolher duas ou mais unidades comensuráveis de estudo e explorar similaridades, diferenças e interconexões entre os casos requer atenção cuidadosa a um número de problemas metodológicos espinhosos. Enquanto elementos do método comparativo estão implícitos em todas as aproximações históricas, pesquisa explicitamente comparativa entre duas ou mais unidades de estudo tem sido criticada por alguns historiadores por negligenciar o contexto na sua amplitude e as inter-relações moldadas por processos nacionais, regionais ou culturais distintos que simplesmente não

* Doutor em História, Queen's University, Canadá, 2003. Professor de História da América com ênfase nos Estados Unidos na Universidade de São Paulo. Todas as traduções são do autor, exceto as indicadas em contrário. E-mail: sean_purdy1966@yahoo.ca.

são redutíveis à comparação. Além disso, o desenvolvimento da disciplina de história explicitamente no molde nacional nos séculos dezenove e vinte constituiu uma barreira institucional e intelectual rígida aos estudos comparativos.

Durante o século vinte, acadêmicos de vários contextos historiográficos nacionais e continentais debateram as possibilidades e os problemas de aproximações históricas comparativas¹. O que me preocupa nessa apresentação, entretanto, é uma crítica relativamente recente ao método comparativo feita por estudiosos “transnacionais”.

Influenciados pela teoria pós-colonial, o pós-modernismo e as preocupações atuais com a globalização, estudiosos de processos históricos transnacionais norte-americanos e europeus têm chamado cada vez mais atenção à inabilidade do método comparado em capturar as diversas *interconexões* – de mão-de-obra, gente, capital, bens, símbolos, idéias, culturas – que se estendem sobre fronteiras políticas convencionais, especialmente o Estado-Nação. Além de enfatizar a necessidade por mais histórias transnacionais, alguns historiadores têm rejeitado as comparações nacionais e proposto sua substituição por comparações sub-nacionais mais finamente trabalhadas, enquanto outros como Micol Seigel, Serge Gruzinski, Michael Werner and Bénédict Zimmermann têm rejeitado o método comparado como um todo, argumentando que ele reifica e distorce as semelhanças e diferenças entre as unidades estudadas e que deveria ser visto como um *objeto* de estudo histórico e não como um *método*.

Erigindo-se sobre precedentes da primeira metade do século 20, estudiosos transnacionais têm construído uma série de novas e interessantes sub-áreas da história centradas no estudo de “borderlands” (regiões fronteiriças), culturas do imperialismo, culturas híbridas, história Atlântica e estudos da diáspora negra. O crescimento institucional tem acompanhado a coalescência intelectual: numerosas universidades norte-americanas e européias agora oferecem programas de graduação e pós-graduação em estudos transnacionais e globais, algumas universidades estão contratando especialistas especificamente na área e em 2008 a prestigiosa editora Palgrave, publicará um dicionário de história transnacional organizado por dois dos principais historiadores do campo, Akira Iriye e Pierre-Yves Saunier². Vários congressos internacionais e edições especiais de periódicos têm sido organizadas sobre o assunto³. De fato, como zomba Ramon Gutierrez, a

história transnacional tem “substituído o antigo ‘mantra’ sobre a interseção de gênero, raça e classe e o ainda mais antigo pronunciamento de que toda história é a história da luta de classes” (GUTIERREZ, 2001, p.866).

Nesta apresentação, traçarei as origens desta tendência historiográfica transnacional, enfatizando os contextos intelectuais e políticos mais amplos dos quais tal orientação emergiu e sua tremenda contribuição para o saber histórico. Apesar da orientação decididamente pós-modernista e da rejeição implícita ao marxismo, mostrarei que existem fortes precedentes para história transnacional na tradição do materialismo histórico. Além disso, argumentarei que historiadores transnacionais, sob a nítida influência de teorias Foucaultianas sobre a natureza fragmentada e descentrada do poder e as teorias da hiper-globalização, que apontam para o enfraquecimento do Estado-Nação, correm o risco de subestimar as localidades concentradas de poder – de classe, gênero e nação – e de ignorar “as forças historicamente situadas que fundamentam o poder em aquisições, conquistas e necessidades concretas” (PALMER, 1990, p.28). A rejeição do método comparativo *tout court* por alguns historiadores transnacionais é equivocada na medida em que procede à crítica empírica de algumas histórias comparadas problemáticas (geralmente as concentradas em comparações nacionais) – dessa forma é estabelecida uma *proscrição* metodológica à história comparada em si. Porém, a existência ou não de conexões e “conversações” transnacionais é uma questão empírica que depende no nível de análise e do assunto sob investigação e não consiste num método histórico em si. O método comparado ainda é útil para compreender os paralelos e contrastes de processos históricos que podem ser limitados por entidades concretas como os estados nacionais, mesmo que tenham sido simultaneamente influenciados por conexões transnacionais. Como o proeminente historiador da África, Frederick Cooper, mantém: “Comparação sugere as múltiplas possibilidades, caminhos e becos sem saída que existem dentro da história de forma mais ampla. Uma abordagem global e interativa à história precisa de comparação, e comparação precisa de uma análise global e interativa” (COOPER, 1996, p.1135).

História Comparada e Transnacionalidade: Origens e Definições

Como observa Charles Ragin, “virtualmente toda a pesquisa empírica envolve alguma forma de comparação” (RAGIN, 1987, p.1). Explícita ou implicitamente, compara-se o tópico ou o período estudado com o desenvolvimento das semelhanças ou contrastes em diferentes pontos no tempo e no espaço. Sínteses históricas amplas, tais como os vários livros de Eric Hobsbawm sobre história mundial, freqüentemente usam comparações, mas não explicitamente partem para a comparação de unidades diferentes e devem ser distinguidas de pesquisa propriamente comparativa, que usualmente se refere a comparações de macro-unidades sociais, como nações e instituições ou unidades menores, como cidades, com objetivo de estabelecer explicações causais (HAUPT, 2001, p.2397; SOKOCPOL, 1994, p.72-98; TILLY, 1984, p.80-6). No contexto histórico, estudos comparados visam construir, como três historiadores da América Latina argumentam, “comparações contextualizadas” entre duas ou mais unidades no mesmo período histórico. Destacam fenômenos históricos entre si relacionados “dentro de um contexto mais amplo daquele de que emergem” (MORNER; FRENCH, 1982, p.57). O grande historiador francês Marc Bloch acreditava que tais estudos históricos poderiam também revelar “fenômenos importantes que de outro modo teriam passados despercebidos” (MORNER; FRENCH, 1982, p.57). Podemos, deste modo, usar comparações históricas para fazer generalizações cuidadosas sobre processos correlatos em diferentes unidades e, ao mesmo tempo, reconstruir “cuidadosamente uma visão o mais completa possível de cada cenário particular, destacando, como resultado, sua singularidade” (VALENZUELA, 1997, p.237). Em outras palavras, estudos comparados prometem esclarecer tanto os pontos de convergência como de divergência entre as unidades de comparação.

História transnacional, pela própria etimologia da palavra, sugere conexões e interações, não simplesmente comparações. Na definição sucinta de Micol Seigel, ela “examina unidades que se derramam e vazam através de fronteiras nacionais, unidades maiores e menores do que o Estado-Nação” (SIEGEL, 2005, p.62-90). Segundo Aiwah Ong: “Trans denota movimentação através de espaço e através de fronteiras, bem como mudança na natureza de algo. Além de sugerir novas relações entre estados, transnacionalidade também alude ao transversal, o transacional, o translacional, e os

aspectos transgressivos do comportamento e da imaginação contemporâneos que são incitados, habilitados e regulados pela lógica variável dos estados e do capitalismo” (ONG, 1999, p.4)⁴. Não é surpresa que especialistas em ciências sociais sobre estudos de migração tenham sido os primeiros a utilizar o termo mais amplamente nos anos 1980 e 1990, empregando-o como uma alternativa ao conceito mais ambíguo de globalização para entender as localizações e identidades complexas de imigrantes. Porém, até os anos 1990, debates já tinham surgido na literatura antropológica e sociológica centrados na ambigüidade do conceito de transnacionalidade e no fato de que fluxos transnacionais de pessoas, bens, idéias e símbolos tinham *origens* e *destinações* claras e foram delineados socialmente por pessoas em contextos limitados local, regional e nacionalmente (ERIKSEN, 2003). Historiadores também começaram usar o termo transnacional nos anos 1990 para descrever as várias conexões internacionais em perspectiva histórica, mas somente na última década têm seriamente debatido as possibilidades e problemas do conceito em historiografia.

Alguns observadores vêem o surgimento da história transnacional como resultado da preocupação relativamente recente com a globalização. Esse foi o assunto de um artigo do *New York Times*, em setembro de 2006, que notou que desde os atentados terroristas contra os Estados Unidos em 2001, historiadores norte-americanos começaram ampliar suas análises históricas, definindo como a história doméstica tem sido moldada por desenvolvimentos internacionais (SCOTT, 2006). Sem dúvida, isto é verdade. No entanto, tenha-se ou não usado o termo *transnacional*, fica abundantemente claro que as raízes dos estudos transnacionais entre historiadores tem origem mais antiga. Robin Kelley descobriu uma sensibilidade rica sobre a diáspora negra, por exemplo, entre estudiosos afro-americanos no fim do século 19 e a primeira metade do século 20 (KELLEY, 1999, p.1045-77). Micol Seigel argumenta que o reconhecimento da interdependência de atores globais e processos sociais no conhecimento histórico é menos resultante da suposta globalização da economia mundial no fim do século 20, que da obra de estudiosos anticolonialistas como Franz Fanon, depois da Segunda Guerra Mundial, e de teóricos pós-coloniais nos anos 1970-2000. Interessantemente, ela mostra como filósofos pós-modernistas, como Michel Foucault, Roland Barthes e Jacques Lacan, com suas teorias da fluidez e discursividade do

poder e da subjetividade, têm afetado poderosamente os estudos transnacionais, e foram também fortemente influenciados por movimentos e escritores anticolonialistas (SIEGEL, 2005, p.64).

Embora seja o principal revés para pós-modernistas e muitos historiadores transnacionais, pode-se argumentar que a tradição marxista sempre exibiu uma sensibilidade aguda às interconexões e conversações extra-nacionais na sociedade capitalista. A própria vida dos principais teóricos da tradição marxista revolucionária – Marx, Engels, Luxemburgo, Lênin, Trotski, Gramsci – são testemunhos à transnacionalidade. O componente central da expansão de capital nos escritos de Marx e nos trabalhos marxistas subsequentes sobre o imperialismo foi extremamente sensível à aceleração de fluxos de capital do mundo desenvolvido às colônias⁵. A teoria de Trotski sobre desenvolvimento combinado e desigual, primeiramente formulada em 1905 em *Resultados e Prospectos*, mas mais tarde expandida na sua obra-prima, *A História da Revolução Russa*, tentou explicar no contexto Russo como o capitalismo mundial se desenvolveu de maneiras estruturalmente desiguais e interconectadas com consequências importantes para as relações sociais e políticas. Como Trotski define, desenvolvimento combinado e desigual une “os diferentes estágios da viagem, uma combinação de passos separados, uma amalgamação de formas arcaicas e contemporâneas”⁶.

Em *Jacobinos Negros*, publicado pela primeira vez em 1938, o seguidor de Trotski e grande anticolonialista de Trindade e Tobago, C.L.R. James, situou a revolução dos escravos em São Domingos, liderada por Toussaint L'Ouverture no fim do século 18, no amplo contexto político e econômico do mundo Atlântico e da Revolução Francesa, brilhantemente traçando as mobilizações e idéias políticas fluindo entre a França e São Domingos durante o período (JAMES, 2001)⁷. O livro de Eric Williams, *Capitalismo e Escravidão*, foi poderosamente influenciado por *Jacobinos Negros* e estimulou estudos sobre o sistema Atlântico (WILLIAMS, 1975). Sensibilidades transnacionais também informaram a discussão de E.P. Thompson sobre Jacobinismo Inglês no primeiro volume de *Formação da Classe Operária Inglesa* (THOMPSON, 1987). A discussão das Revoluções de 1848 por Eric Hobsbawm no seu clássico, *A Era do Capital*, também enfatizou as correntes políticas que cruzaram fronteiras no período (HOBSBAWM, 2004). Mais

recentemente, várias sínteses interpretativas da tradição Marxista por Perry Anderson, Sidney Mintz, Eric Wolf, Bryan Palmer, Mike Davis, Peter Linebaugh e Marcus Rediker também foram cuidadosamente atentas às variadas conversações transnacionais (ANDERSON, 1989; DAVIS, 2002; 2004, p.5-34; LINEBAUGH; REDIKER, 2000; MINTZ 1985; PALMER, 2000; WOLF, 1982). A teoria do Sistema-Mundial, influenciada pelo marxismo e a obra de Fernand Braudel, também se engajou com interações econômicas e políticas numa escala mundial mesmo que tenha sido duramente criticada em bases empíricas e teóricas (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1982). Não quero exagerar meu argumento aqui: enquanto escritores marxistas certamente traçaram histórias globais, é claro que as conexões transnacionais nem sempre foram delineadas explicitamente, a terminologia usada era diferente e, sobretudo, tais estudos eram claramente delimitados por considerações estruturais de capitalismo, classe, imperialismo e nação. Contudo, é útil sublinhar o fato de que atenção às interações transnacionais se desenvolveu na tradição marxista em paralelo com o ocorrido em outras correntes intelectuais.

Na historiografia não-marxista, algumas das atuais abordagens transnacionais, como História Atlântica, “Borderlands” e culturas de imperialismo também traçam suas origens em precedentes anteriores no século vinte. Como Ian Tyrell enfatiza, a continuação audaz da Tese da Fronteira, de Frederick Jackson Turner, por Walter Webb Prescott, a tentativa de Herbert Bolton de escrever uma história das Américas e a análise de Charles Maclean Andrew sobre o sistema Atlântico foram todos precedentes na primeira metade do século 20 para as histórias explicitamente transnacionais da escravidão, da diáspora negra e do mundo Atlântico dos anos 1970-2000. Tais análises materialistas dos amplos desenvolvimentos econômicos e sócio-culturais regionais e continentais foram continuadas nos estudos de historiadores como Philip Curtin sobre escravidão e expansão Européia, Luis Felipe de Alencastro sobre Brasil, Europa e África e Daniel T. Rodgers sobre a construção de políticas sociais no Atlântico Norte⁸. Como Richard White resume numa resenha desta literatura, “Povos diferentes no mundo Atlântico eventualmente proclamaram identidades coloniais e nacionais diferentes, mas isso não significa que não houve fatores comuns na moldura dessas identidades” (WHITE, 1999). Com a exceção do magnífico estudo de Daniel T. Rodgers, porém, quase todo esse trabalho se concentrou nos séculos 17

e 18 e foi em grande parte unidirecional, ou seja, traçou as influências do centro sobre a periferia e raramente preocupou-se com o aposto (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2005, p.1-4).

Sem dúvida, a maior influência sobre os estudos transnacionais recentes tem sido a emergência paralela e relacionada de teorias pós-modernistas e pós-coloniais, no contexto das derrotas dos movimentos socialistas no período pós-1968, e o que é visto como um mundo cada vez mais globalizado (CALLINICOS, 1990). Ao risco de simplificar excessivamente as importantes diferenças entre vários teóricos pós-modernistas, autores como Michel Foucault e Jacques Derrida efetivamente abandonaram a noção do assunto, substituindo-o por uma variedade de multiplicidades e identidades fragmentadas. Poder em teoria pós-modernista é descentrado e não se encontra em uma área só como capitalismo, classe ou o estado. Como resultado, nas palavras de Bruce Curtis, “O objetivo de um governo não é primariamente a manutenção da exploração capitalista, e seus sujeitos essenciais não são as classes em contestação” (CURTIS, 2000, Intro). Como consequência da chamada virada pós-modernista, micro-narrativas proliferaram em muito da historiografia dos anos 1980 e 1990, focando-se na pluralidade, diversidade, autonomia, fragmentação e “fluxo de desejo”. E se o mundo social é tão descentrado e sem estruturas estáveis, então imagem e representação sem nenhuma âncora necessária no mundo material assumiram importância principal em análise acadêmica.

A teoria anticolonialista se desenvolveu no contexto das batalhas contra o colonialismo e a opressão no Terceiro Mundo no período pós-Segunda Guerra Mundial. Autores como Franz Fanon, além de serem militantes ferozes contra o colonialismo, também teorizaram a “interdependência de sujeitos, seja na metrópole ou na colônia, seja branco ou negro” (SIEGEL, 2005, p.64; VALLIÈRES, 1971), e a importância de unir metrópole e colônia em um campo analítico. Pós-colonialismo foi a variante acadêmica do anticolonialismo, surgindo primeiro em discussões de marxistas nos anos 1970 sobre a natureza dos estados que haviam deixado de ser colônias (AHMAD, 1995, p.11-32). Logo foi transformado e adotado por estudiosos da literatura como Edward Said, que teorizou o Orientalismo como uma “geografia imaginativa” de representações nefárias e estereótipos do Oriente criados pelos Europeus, que teve influência significativa em forjar as fundações

do poder imperial bem como as identidades subjetivas no Oeste dominante e dos povos subjugados das colônias (SAID, 1990)⁹. As ideias de Said sobre a invenção do “outro” foram influentes no surgimento de uma plethora de estudos culturais analisando as histórias interdependentes da construção social do imaginário colonial e ex-colonial.

Sob influências variadas, mas relacionadas de estudos mais antigos sobre história transnacional, pós-modernismo, pós-colonialismo e entendimentos atuais sobre globalização, a historiografia transnacional da última década produziu um número impressionante de trabalhos inovadores. Historiadores da cultura tomaram conceitos de “Orientalismo” de Said, “Zonas de Contato” de Mary Louise Pratt e “Culturas Híbridas” de Nestor Garcia Canclini para mapear as complexas adaptações e apropriações de relações interculturais (FEIN, 2005, p.1-6). Historiadores das relações entre Estados Unidos e América Latina qualificaram os modelos dominantes de centro-periferia e dominação-subordinação, enfatizando, como aponta Seth Fine, “limite bem como extensão, ausência bem como presença, resposta de dentro tanto quanto imposição de fora, impactos pretendidos e não pretendidos – na análise de poder através de uma variedade de localidades, dentro e fora da arquitetura oficial, nas Américas” (FEIN, 2005, p.2)¹⁰. Historiadores pós-coloniais como Anne Laura Stoler e Anne McClintock utilizaram discernimentos de Foucault e de teorias feministas para conectar sexualidade e noções do íntimo com missões coloniais Européias (MCCLINTOCK, 1995; STOLER 1995; 2001). Historiadores de “Borderlands” nas Américas exploraram as interconectadas histórias econômicas, culturais e sociais dos diversos povos que ocupavam regiões fronteiriças, destacando os contextos multiculturais nos quais identidades eram forjadas (ADELMAN; ARON, 1999). O estudo magistral das subjetividades raciais e nacionais no Atlântico Negro de Paul Gilroy e as discussões sofisticadas de Richard Price e Sidney Mintz sobre síntese cultural e adaptação entre negros no Novo Mundo lançaram o campo de estudos da diáspora, combinando análise em grande escala das transformações globais, sem ignorar especificidade histórica” (GILROY, 2001; PRICE; MINTZ, 2003). Historiadores franceses também desenvolveram idéias semelhantes sobre interdependência através de fronteiras nacionais na última década chamadas “Histoire Croisée” e “connected histories”.¹¹

Além de Comparação?

Poucos dos novos historiadores transnacionais têm rejeitado inteiramente a história comparada, não obstante, têm criticado estudos muito restritos comparativos entre nações. Ian Tyrell, por exemplo, criticou o sempre presente “excepcionalismo” da historiografia norte-americana, chamando pelas histórias comparadas e transnacionais que suplantam a noção trivial de que os Estados Unidos são um estudo de caso “especial” (TYRELL, 1991, p.1033). Raymond Grew argumentou que muito da história comparada nos Estados Unidos surgiu de questões relativas à própria historiografia norte-americana, tendo raramente se engajado com questões historiográficas de outros contextos nacionais (GREW, p.99-100). Frederick Cooper criticou a aplicação de modelos de comparação das ciências sociais, pois “não há uma variável verdadeiramente independente, dado que os fatores sociais mais básicos interagem e mudam com o tempo” (COOPER, 1996, p.1131). Ele criticou o estudo da liberação negra nos Estados Unidos e na África do Sul, de George Frederickson, por tratar o desenvolvimento nos dois países como casos discretos quando seriam mais inteligentemente concebidos como parte dos mesmos processos globais. Anne Laura Stoler e David Thelen apelaram pela necessidade de dar mais atenção às interações históricas transnacionais e os perigos das comparações nacionais pobremente concebidas, que obscurecem mais do que revelam (THELEN 1999). Stoler cita o sociólogo, Craig J. Calhoun, que adverte que “a tradução adequada à análise comparada requer uma interpretação da inteira organização da atividade, não só a combinação de vocabulário” (STOLER, 2001, p.842)¹².”

Não obstante, Micol Siegel, uma historiadora da formação racial no Brasil e nos Estados Unidos, provocativamente argumenta que historiadores devem rejeitar o método comparado em si. Influenciada pelo pós-modernismo e pós-colonialismo, e sua tradução em trabalhos históricos na historiografia brasileira e norte-americana, ela argumenta que história comparada obscurece “estórias muito mais complexas, produtivas e interessantes não confinadas por fronteiras nacionais” (SIEGEL, 2005, p.65). A nação, Siegel relutantemente admite, é uma “força potente”, mas em sua opinião é também “frágil, construída e imaginada”, tomando emprestadas as palavras de David Thelen (SIEGEL, 2005, p.63). Baseando-se mais especificamente em Foucault, ela continua:

Comparação requer que o observador nomeie duas ou mais unidades, cujas semelhanças e diferenças irá descrever. Esse arranjo desencoraja atenção à troca entre as duas, a própria troca que o discernimento pós-colonial entende como a base da formação do sujeito. Os discernimentos de Foucault sobre poder sugerem que a visão de dois objetos paralelos que nunca se encontram não é adequada para explicar esta relação dinâmica. Comparações obscurecem os funcionamentos do poder. (SIEGEL, 2005, p.65)

Metodologicamente, a comparação também é suspeita, pois tais pesquisadores constroem as “categorias que eles pretendem estudar” e “impõem as armações destas suposições nos resultados nas suas investigações [...]”(SIEGEL, 2005, p.67).

A crítica de Seigel do método comparado baseia-se numa análise contundente de como a comparação da formação racial no Brasil e nos Estados Unidos por elites, político e até militantes nos movimentos negros contribuiu para o mito da democracia racial no Brasil e a noção de que a escravidão foi pior nos Estados Unidos e, portanto, resultou em políticas mais conscientes de raça entre negros nos Estados Unidos do que Brasil. Ela oblitera esses contrastes nacionais, argumentando que a comparação por si só contribuiu com políticas públicas que “preservassem hierarquias nacionais” e idéias racistas. Tais comparações, ela suplica, deveriam ser o *objeto* de estudo em vez do *método* (SIEGEL, 2005, p.78). Somente história transnacional oferece uma solução para esse enigma, pois ela providencia “visão clara de conexões desimpedidas por fronteiras, de heterogeneidade dentro de grupos supostamente monolíticos, e das conversações multivalentes e negociações em qualquer interação humana, mesmo as distorcidas por desigualdades grosseiras” (SIEGEL, 2005, p.65).

Seigel fornece ampla evidência e argumentação sonora na sua análise das consequências da comparação do racismo no Brasil e nos Estados Unidos. Sua advocacia da história transnacional é uma chamada bem vinda a explorar os movimentos dos povos e ideias, que não facilmente conformam-se às fronteiras nacionais. Porém, seu apelo por uma “moratória à história comparada” é mal colocado. Ela confunde uma crítica de como certas histórias comparadas distorceram interações transnacionais e criaram construções estereotipadas com uma ampla proscrição metodológica do método comparativo em si. Não

é surpresa que muitas das histórias transnacionais concentrem-se nos estudos da diáspora negra, raça e escravidão onde há claros fluxos transnacionais. Mas todos os processos econômicos e sociais são sempre moldados por processos transnacionais em todos os tempos e lugares? Não desempenharam as nações papéis significativos em certos desenvolvimentos históricos mesmo quando foram simultaneamente afetadas por fatores transnacionais? Parece-me que o nível de análise, o escopo de inquirição e o tópico particular de uma determinada investigação histórica moldam as ferramentas metodológicas empregadas. Seigel responde jocosamente num rodapé à Anne Laura Stoler, que defende “melhores comparações”, argumentando que a falta da imaginação no uso das fontes impediu que historiadores descobrissem conexões transnacionais em outras áreas (SIEGEL, 2005, p.82, n.22). Mas isto é uma resposta inadequada: se conexões transnacionais existiram ou não em um certo desenvolvimento histórico é uma questão empírica, não algo que pode ser resolvida pela aplicação de um método. De fato, a história transnacional é um método em si ou uma forma ampla de abordagem? Se for a última, seria necessário rejeitar um método particular, como a comparação?

Parcialmente, o problema aqui vem de uma aplicação não crítica de discernimentos pós-modernistas e pós-colonialistas de estudos literários, filosofia e as ciências sociais sem um claro reconhecimento de que tais discernimentos são altamente contestados dentro das suas próprias disciplinas. Ninguém nega as contribuições feitas por Edward Said e Michel Foucault, mas as dimensões problemáticas e ambíguas da obra desses autores têm sido avaliadas por estudiosos há mais de duas décadas¹³. O pós-colonialismo, por exemplo, foi inicialmente desenvolvido dentro de debates entre autores marxistas sobre a natureza dos estados ex-coloniais, focando-se em especificidades resolutamente históricas e comparações entre vários processos de descolonização, coisa ignorada em boa parte da literatura pós-colonial. Aijaz Ahmad criticou a teoria do pós-colonialismo por sua generalidade, imprecisão nas diferenças históricas e falta de localização geográfica. “O efeito fundamental da construção desta transhistoricidade global do colonialismo”, Ahmad conclui, “é evacuar o próprio sentido da palavra e dispersa o seu significado tão amplamente que não podemos mais falar de histórias determinadas de estruturas determinadas”. Segundo ele, a distinção colonial/pós-colonial tem que ser combinada “com

muitas outras para produzir um conhecimento integrado de uma fase particular da história global” (AHMAD, 1995, p.30-1). A questão aqui não é que o empréstimo de teoria seja problemático, mas que historiadores devem engajar-se com a natureza contestada de tais discernimentos teóricos.

A mesma coisa pode ser dita para o argumento proeminente que o Estado-Nação e outras localidades da formação de identidade têm sido superados por fluxos globais. Uma literatura enorme nas ciências sociais tem contestado essa tese de “hiper-globalização”, uma tendência refletida na expressão de Anthony Giddens que “o mundo tem se tornado um lugar singular”. Estudiosos transnacionais como o antropólogo, Thomas Hylland Eriksen, argumenta que “há indubitavelmente aspectos de organização social e universos simbólicos em virtualmente toda sociedade que se conformam com essas noções de globalização – estados e cidadania, economias monetárias, a mídia moderna de massa e assim por diante – [mas] sua realização de fato é sempre local e embutida em vidas e mundos localmente constituídos e em relações de poder”. Como ele argumenta, mesmo fluxos transnacionais de troca e comunicação são “confinados” e concretamente embutidos em relações sociais sub-internacionais, tornando o mundo simultaneamente um lugar maior e menor (ERIKSEN, 2003, Intro.; HARMAN, 1996).

Dentro de debates historiográficos, Bryan D. Palmer construiu argumentos semelhantes numa apreciação crítica do livro *The Many-Headed Hydra* de Peter Linebaugh e Marcus Rediker. Palmer resolutamente mostra simpatia com o projeto de Linebaugh e Rediker de traçar (e celebrar) correntes transnacionais de resistência ao capitalismo na formação do mundo Atlântico, mas faz uma crítica empírica das generalizações feitas pelos autores:

através de séculos de transformação socioeconômica desorientadora envolvendo continentes cujas formações sociais, economias políticas, e culturas eram dramaticamente diferentes [...] Portanto, coisas demais estão colocadas indiscriminadamente num recipiente interpretativo no qual se está querendo conter bem mais do que sua capacidade, tanto política quanto intelectualmente. O resultado é: comparações exageradas, seleção e elaboração de instâncias que parecem excessivas em importância e significação, e o manejo descuidado da importante questão de periodização histórica e contexto (PALMER, 2003, p.381-2).

Nancy Kwak secunda a preocupação de Palmer em situar processos transnacionais em contextos regionais e nacionais na sua recente tese de doutorado comparando conexões transnacionais em política públicas de habitação pública em Nova York, Londres e Cingapura: “Indivíduos participaram desses espaços compartilhados [transnacionais][...] mas ultimamente eles traduziram idéias em contextos muito nacionais” (KWAK, 2006). Mesmo com o reconhecimento de que unidades sub-nacionais e nacionais são construídas, tais fronteiras e formações sociais e nacionais mantêm sua concreta relevância histórica. E se for verdade que processos históricos se desenvolvem em escalas diferentes e em interação, o método comparado mantém sua utilidade em um nível de análise para descobrir as diferenças e semelhanças entre formações sociais.

De fato, é sintomático que nenhum dos historiadores que Seigel cita, ao contrário de teóricos políticos e filósofos, rejeita o método comparativo em si. Ian Tyrell apela por um “novo projeto histórico organizado em termos da consideração simultânea de escalas geográficas diferentes – local, nacional e transnacional – no pensamento histórico americano” (TYREEL, 1991, p.1033; 2006, p.338) sugerindo que historiadores combinam abordagens comparativas e transnacionais para evitar a armadilha de “excepcionalismo” nacional (TYREEL, 1991, p.1069-70). Enquanto apela para mais análise transnacional e mais pensamento histórico cuidadoso sobre comparação, Anne Laura Stoler argumenta que historiadores poderiam “fazer melhores comparações, para perseguir políticas e a história de comparação, ou tentar atingir conexões que vão além da comparação como um todo. Essas propostas não são mutuamente exclusivas, mas colocam ênfase analítica em zonas historiográficas e arquivos diferentes” (STOLER, 2001, p.92). Frederick Cooper avisa que há riscos ao “ênfatar excessivamente conexões, de apagar o particular sob o global, de perder a importância da ação humana e a especificidade geográfica, de confundir tipos ideais com realidades históricas”. No seu ponto de vista, “destacando instâncias aparentemente semelhantes – vendo como contextos diferentes, ações diferentes de indivíduos e grupos, jeitos diferentes nos quais conflitos aconteceram – pode-se ter uma apreciação profunda da radicação da história em lugar e tempo e as conexões de lugar e tempo no mundo todo” (COOPER, 1996, p.1135)¹⁴. Numa resenha crítica do latino-

americanista francês Serge Gruzinski, Maria Ligia Coelho Prado argumenta destramente que há mais complementação entre comparação e conexões transnacionais do que exclusão (PRADO, 2005, p.18).

Conclusão

Na última década, historiadores transnacionais abriram novos e empolgantes horizontes de investigação histórica, explorando as múltiplas conexões e interdependências que cruzam fronteiras. A crítica da história comparada estreitamente concebida foi útil por destacar os perigos da reificação da nação, nacionalismo e idéias estereotipadas como o eurocentrismo. Mas a rejeição do método comparativo em si não é necessária. Ele ainda promete ilustrar diferenças e semelhanças importantes entre formações socioeconômicas, mantendo foco na especificidade histórica. Não é necessário jogar o bebê com a água do banho. De fato, como Pierre-Yves Saunier conclui em um relatório sobre um importante congresso internacional sobre história transnacional organizado na Austrália em 2004: “seria uma perda se o ângulo transnacional se desenvolvesse em detrimento de perspectivas locais, nacionais, comparativas e mundiais” (SAUNIER, 2006).¹⁵

COMPARATIVE HISTORY AND THE CHALLENGE OF TRANSNATIONALITY

Abstract: *In the last decade, several historians have severely criticized the concept of comparative history. Influenced by new theoretical trends in social science, historiography and literary studies as postcolonial and diaspora studies, they argue that the very method of comparing two or more units highlighting similarities and differences obscure the interactions between the objects of study and ignores historical developments much more complex, productive and interesting than stories contained within national borders. This paper explores these arguments in the context of urban history of the Americas in the post-World War II, emphasizing the possibilities and problems of both theoretical approaches.*

Keywords: *comparative history; transnational history*

Referências Bibliográficas

- ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States and the Peoples in Between in North American History. **American Historical Review**. v.104, June 1999.
- AHMAD, Aijaz. Postcolonialism: What's in a Name?. *In*: CAMPA, Román de la; KAPLAN, E. Ann; SPRINKER, Michael. **Late Imperial Culture**. London: Verso, 1995.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BARROS, José D'Assunção. História Comparada: Um Novo Modo de Ver e Fazer História. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, julho de 2007.
- BREWER, Anthony. **Marxist Theories of Imperialism: A Critical Survey**. London: Routledge, 1989.
- BURAWOY, Michael. Two Methods in Search of Science: Skocpol versus Trotsky. **Theory and Society**. v.18, n.6, November 1989.
- CALLINICOS, Alex. **Against Postmodernism: A Marxist Critique**. London: Polity Press, 1990.
- CALLINICOS, Alex. **Trotskyism**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1990, chapter 1.1. Versão Online, www.marxists.de/trotism/callinicos/1-1_origins.htm, acessado 2/10/2006
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Some Caveats about the 'Atlantic' Paradigm. **History Compass**. v.3, p.1-4, 2005.
- CLIFF, Tony. **Trotsky, 1: Towards October**. London: Bookmarks, 1989.
- COOPER, Frederick. Race, Ideology and the Perils of Comparative History. **American Historical Review**. v.101, n.4, October 1996.
- COOPER, Frederick. What is the Concept of Globalization Good For? An African Historian's Perspective. **African Affairs**. v.100, p.189-213, 2000.
- CURTIN, Philip. **The World and the West: The European Challenge and the Overseas Response in the Age of Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

- CURTIS, Bruce. **The Politics of Population: State Formation, Statistics, and the Census of Canada, 1840-1875**. Toronto: University of Toronto Press, 2000.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- _____. Planet of Slums: Urban Evolution and the Informal Proletariat. **New Left Review**. n.26, p.5-34, March-April 2004.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. Introduction. *In*: ERIKSEN, Thomas Hylland (Org.). **Globalisation: Studies in Anthropology**. London: Pluto, 2003.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FEIN, Seth. Culture Across Borders in the Américas. **History Compass**. v.3, p.1-6, 2005.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência**. São Paulo/Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2001 (1993).
- GUTIERREZ, Ramon A. What's Love Got to Do With It? **The Journal of American History**. v.88, n.3, December 2001, p. 866.
- HARMAN, Chris. Globalisation: A Critique of a New Orthodoxy. **International Socialism**. n.73, dezembro de 1996. Versão Online, www.swp.org. Acessado 10/11/2006.
- HAUPT, H-G. Comparative History. *In*: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. (Org.). **International Encyclopedia of the Social and Behavioural Sciences**. Nova York: Elsevier, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 (1975).
- JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- JOSEPH, Gilbert; LEGRAND, Catherine; SALVATORE, Ricardo (Org.). **Close Encounters of Empire: Writing the Cultural History of U.S.-Latin American Relations**. Durham, NC: Duke University Press, 1998.
- KAPLAN, A.; PEASE, Donald (Org.). **Cultures of United States Imperialism**. Durham, NC: Duke University Press, 1993.
- KELLEY, Robin. 'But a Local Phase of a World Problem': Black History's Global Vision, 1883-1950. **Journal of American History**. v.86, n.3, p.1045-77, December 1999.

KOCKA, Jurgen. Comparison and Beyond. **History and Theory**. n.43, p.39-44, February 2003.

KWAK, Nancy. **A Citizen's Right to Decent Shelter: Public Housing in New York, London, and Singapore, 1945 to 1970**. Tese de Doutorado. Universidade Columbia, Nova York, 2006.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic**. Boston: Beacon, 2000.

MCALISTER, Melanie. Edward Said, Orientalism, (1978). *In*: AGNEW, Jean-Cristophe e ROZENZWEIG, Roy (Org.). **A Companion to Post-1945 America**. Malden, MA: Blackwell, 2006.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest**. New York: Routledge, 1995.

MINTZ, Sidney. **Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern history**. Nova York: Viking, 1985.

MORNER, Magnus; FAWZ, Julia; FRENCH, John. Comparative Approaches to Latin American History. **Latin American Research Review**. v. XVII, n.3, 1982.

ONG, Aiwah. **Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality**. Durham: University of North Carolina, 1999.

PALMER, Bryan D. Hydra's Materialist History. **Historical Materialism**, v. 11, n.4, p.381-2, 2003.

PALMER, Bryan. **Cultures of Darkness: Night Travels in the Histories of Transgression**. Nova York: Monthly Review Press, 2000.

____. **Descent into Discourse - The Reification of Language and the Writing of Social History**. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

PEARCE, Frank; WOODIWISS, Tony. Reading Foucault as a Realist. *In*: LOPEZ, José; POTTER, Garry. (Org.). **After Postmodernism: An Introduction to Critical Realism**. London and New York: Athlone Press, 2001. p.51-62.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista da História da USP**. n.153, p.11-34, 2005.

PRICE, Richard; MINTZ, Sidney. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas-Universidade Cândido Mendes, 2003 [1976].

RAGIN, Charles. **The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Berkeley: University of California, 1987.

REES, John. **The Algebra of Revolution: Dialectic and the Classical Marxist Tradition**. London: Routledge, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da transnacionalidade. *In*: RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Editora UNB, 2000.

RODGERS, Daniel T. **Atlantic Crossings: Social Politics in a Progressive Age**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1998.

SAID, Edward. **Orientalismo, O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (1978).

SAUNIER, Pierre-Yves. Going Transnacional: News from Down Under. Fórum Online, H-Soz-u-Kult. www.hsozkult.geschichte.hu-berlin.de/forum. Acessado 4/10/2006.

SCOTT, Janny. 9/11 Leaves its Mark on History Classes. **New York Times**. 6 de setembro de 2006, Versão Online, www.nyt.com, Acessado 10/11/2006.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. **Radical History Review**. n.91, p.62-90, Winter 2005,

SKOCPOL, Theda. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. *In*: **Theda Skocpol. Social Revolutions in the Modern World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

STOLER, Anne Laura. **Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things**. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

_____. Tense and tender ties: The politics of comparison in North American history and (post) colonial studies. *In*: **The Journal of American History**. v.88, n.3, 2001.

THELEN, David. Of Audiences, Borderlands, and Comparisons': Toward the Internationalization of American History. **Journal of American History**. v.79, n.2, p.432-62, September 1992.

- ____. The nation and beyond: transnational perspective on United States history. **Journal of American History**. v.86, n.3, December 1999.
- THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TILLY, Charles. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. New York: Russell Sage Foundation, 1984.
- TRILLO, Maurício Tenorio em diálogo com THELEN, David e BENDER, Thomas. Caminhando a “desestadunização” da história dos Estados Unidos: um diálogo. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.
- TYRELL, Ian. Ian Tyrell responds. *In: American Historical Review*. v.96, n.4, p.1069-1070, 1991.
- TYRELL, Ian. Modern Environmentalism. *In: AGNEW, Jean-Christophe; ROZENZWEIG, Roy (Org.). A Companion to Post-1945 America*. Nova York: Blackwell, 2006.
- VALENZUELA, J. Samuel. Macro Comparisons without the Pitfalls: A Protocol for Comparative Research *In: MAINWARING, Scott; VALENZUELA, Arturo (Org.). Essays in Honour of Juan Linz: Politics, Society, Democracy, Latin America*. Boulder: Westview Press, 1997.
- VALLIÈRES, Pierre. **White Niggers of America**. Nova York: Monthly Review Press, 1971.
- WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence. **World-systems analysis: theory and methodology**. Beverly Hills: Sage, 1982.
- WERNER, Michael; ZIMMERMAN, Bénédicte. Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity. **History and Theory**. v.45, p.30-50, February 2006.
- WHITE, Richard. The nationalization of nature. **The Journal of American History**. v.86, n.3 December 1999.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.
- WOLF, Eric. **Europe and the people without history**. Berkeley: University of California, 1982.

Notas

¹ Para três sínteses esclarecedoras desses debates com referências completas à vasta literatura veja FAUSTO; DEVOTO, 2004, p.9-28; BARROS, 2007; PRADO, 2005, p.11-34.

² A Universidade de Southampton na Inglaterra, por exemplo, oferece cursos de mestrado e doutorado em “Estudos Transnacionais.” O departamento de História da Universidade de Toronto recentemente publicou um edital para contratação de professor efetivo na área da “História Transnacional” da Ásia.

³ A Universidade de Nova York e a Organização de Historiadores Americanos (OAH) iniciaram um projeto na década de 1990 para “internacionalizar” a história dos Estados Unidos e publicaram um relatório em 2000, *La Pietra Report: Project on Internationalizing the Study of American History*. O *Journal of American History* da OAH, uma das principais revistas de história dos Estados Unidos, organizou dois números especiais sobre história transnacional em 1991 e 1999. Ver também THELEN, 1992, p.432-462 e TRILLO, Maurício Tenorio em diálogo com THELEN ; BENDER, 2001, p.27.

⁴ Gustavo Lins Ribeiro oferece uma definição semelhante da perspectiva de um antropólogo (RIBEIRO, 2000).

⁵ Para uma síntese dessa literatura, ver BREWER, 1989.

⁶ Citado em CALLINICOS, 1990, chapter 1.1. Ver também CLIFF, 1989. Pode-se notar aqui também que a teoria Marxista da dialética engaja com muitas das mesmas preocupações de estudiosos transnacionais sobre a complexidade de relações sociais. Ver REES, 1998.

⁷ Para um discussão de James, ver CALLINICOS, Trotskyism, op. cit., capítulo 4.2.

⁸ CURTIN, 2000; ALENCASTRO, 2000; RODGERS, 1998.

⁹ Ver também a discussão em MCALISTER, 2006. p.550-6.

¹⁰ Ver também os ensaios em KAPLAN; PEASE, 1993 e JOSEPH; LEGRAND; SALVATORE, 1998.

¹¹ Ver WERNER; ZIMMERMAN, February 2006, p.30-50 e a discussão da obra recente de Serge Gruzinski em PRADO, 2005.

¹² O aviso de Calhoun, porém, deve valer para historiadores transnacionais também.

¹³ Sobre a noção de Foucault acerca de poder e governo, por exemplo, ver PEARCE, 2001, p.51-62.

¹⁴ Também ver seu “What is the Concept of Globalization Good For? An African Historian’s Perspective”. In: *African Affairs*, v.100, p.189-213, 2000.

¹⁵ Ver também KOCKA, 2003, p.39-43.